



Pré-sal será entregue às multinacionais

Lei, de iniciativa do senador do PSDB e atual chanceler José Serra, retira da Petrobras a exclusividade para exploração do pré-sal, permite que empresas estrangeiras venham a ter controle de reservas, compromete a garantia do conteúdo da indústria nacional e ainda prejudica áreas beneficiadas com os recursos do pré-sal: educação e saúde

Apesar da resistência da oposição e de parlamentares defensores dos interesses do Brasil, o projeto do senador tucano e atual chanceler José Serra, que retira da Petrobras o papel de operadora única do pré-sal, foi aprovado no Senado e na Câmara dos Deputados. A lei 13.365/2016, sancionada sem vetos no final de novembro, permite que outras empresas -inclusive estrangeiras -possam explorar o petróleo na camada de pré-sal no país.

Na luta para evitar que as reservas petrolíferas do Brasil ficassem sujeitas às multinacionais, a bancada petistas e a minoria da Câmara apresentaram emendas para modificar o texto original da proposta do Senado, mas todas foram rejeitadas pelos deputados da base do governo Temer.

Para o deputado **José Mentor (PT-SP)**, a medida atende exclusivamente aos interesses das grandes multinacionais do petróleo. “Uma proposta antinacional e entreguista que atende as seis irmãs, esse sim um grande cartel internacional que domina a riqueza petrolífera do mundo inteiro”, destaca.

Ele alerta que a iniciativa do PSDB, além de retirar da Petrobras o papel de operadora única dos blocos de pré-sal, como previsto na Lei 12.351/2010, abre caminho para mudanças do regime de partilha, que gera mais renda para o governo investir no país.

“Essa lei de 2010, aprovada no governo Lula como forma de assegurar o controle nacional do pré-sal, sofre grande impacto com as alterações feitas pela nova legislação proposta pelo PSDB. Primeiro porque desobriga a Petrobras ser operadora única do pré-sal e,

segundo, porque retira dela o direito de ter 30% de todos os campos de prospecção de petróleo”, comenta José Mentor.

O deputado alerta que a proposta tucana ainda traz outros riscos ao permitir a participação de multinacionais na exploração da pré-sal. “Essa mudança pode comprometer a garantia de reserva mínima de 60% para a indústria brasileira (conteúdo local), que é calculada sobre os investimentos -bens e serviços -necessários para a produção do petróleo no país”, disse.



Além disso, a Lei 13.265/2016 também prejudicará áreas estratégicas que são beneficiadas com os recursos da extração do pré-sal, como educação e saúde. Segundo estimativa feita pela UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) no processo de discussão do projeto,

considerando a produção mínima de 176 milhões de barris do pré-sal, sem ter a Petrobras como operadora, o Brasil perderia cerca de R\$ 4 trilhões e as áreas de saúde e educação perderiam R\$ 900 bilhões de todo o valor estimado do pré-sal.

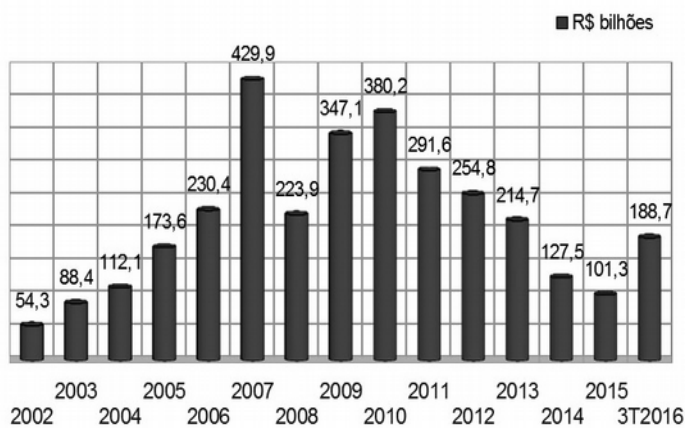
“Em 2010, o presidente Lula, a partir da experiência de outros países, destinou, dos valores arrecadados pelo Estado com o petróleo do pré-sal, 75% para a educação e 25% para a saúde, duas áreas que necessitam de recursos para que possam manter, desenvolver e consolidar políticas públicas. Especialmente na educação, para que as futuras gerações tenham a garantia de domínio do conhecimento, das novas tecnologias, pesquisa e de um futuro melhor para nosso povo. O pré-sal é o passaporte para o futuro das próximas gerações – nossos filhos, netos, bisnetos”, ressalta o petista.

Governos do PT promoveram o crescimento da Petrobras

Nas gestões de Lula e Dilma, estatal alcançou recordes tanto em seu valor de mercado – chegando a valer sete vezes mais que em 2002. Produção de petróleo, com a exploração do pré-sal, foi ampliada em 68%

Ao contrário do que é amplamente divulgado pela grande mídia, os governos do PT não são responsáveis pela desvalorização da Petrobras. Foi nas gestões de Lula e Dilma que a estatal alcançou recordes, tanto em seu valor de mercado, quanto em produção de petróleo.

Petrobras



Valor de Mercado

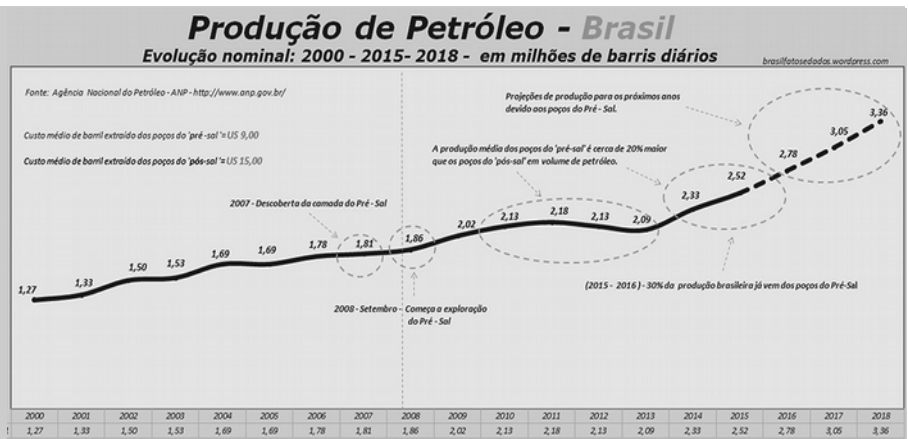
Em 2002, o valor de mercado da Petrobras era de R\$ 54,3 bilhões. Em 2010, era avaliada em R\$ 380,2 bilhões – crescimento de sete vezes na gestão Lula.

Com a crise internacional, que afetou o valor de todas as petrolíferas, e com a queda do preço do barril do petróleo, a Petrobras teve seu valor de mercado reduzido, no governo Dilma, para R\$ 291,6 bilhões (em 2011), chegando a R\$ 101,3 bilhões em 2015.

As medidas adotadas pela estatal a partir de fevereiro de 2016 estão surtindo efeito, tanto que encerrou o terceiro trimestre de 2016 avaliada em R\$ 188,7 bilhões.

Crescimento da Produção de Petróleo

A produção também registrou um salto. Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostram que em 2002 a Petrobras produzia 1,5 milhão de barris por dia. Com o início da extração do pré-sal, em 2008, passou a 1,86 milhões de barris/dia, alcançando em 2015 a média de 2,52 milhões de barris/dia - evolução de 68%. Para 2016 a previsão é 2,78 barris/dia, e em 2018 espera-se alcançar a marca de 3,36 milhões de barris/dia.



O deputado José Mentor lembra que a Petrobras é uma das únicas empresas que detém o domínio das condições para descobrir petróleo em águas profundas (camada de pré-sal está a 7 km de profundidade), proporcionando ao Brasil o domínio da tecnologia e competência no mercado. Para ele, “o pré-sal é uma riqueza incalculável”.

“Com o trabalho feito neste período, foram descobertos locais capazes de resultar em bilhões de barris de petróleo, avaliados recentemente a 30 dólares o barril. Hoje o barril está por volta de 50 dólares, mas já esteve também a 130 dólares. A Petrobras hoje gasta mais ou menos 16 dólares por barril. Então imaginem do que estamos falando! A 40 dólares o barril, estamos falando de trilhões de dólares de riqueza. Uma riqueza incalculável”, enfatiza.

Mesmo com todas as argumentações, infelizmente, o Congresso Nacional deu seu aval para o início do desmonte da política petrolífera brasileira aprovada no governo Lula. Na avaliação de José Mentor, a pressa dos tucanos e da atual base governista em aprovar o projeto e sancionar essa lei era uma forma de honrar compromissos. “Eles estão marchando para cumprir uma promessa que fizeram no 'impeachment': entregar o petróleo às multinacionais. Por isso, precisamos continuar atentos para impedir a alteração da partilha!”, conclui